

Assentamentos Urbanos de Baixa Renda:

A experiência de uma disciplina como ferramenta de trabalho ativo frente a demandas populares

Laize Pereira Pickler
Universidade Federal de Santa Catarina

Mariana Brüggemann Spricigo Pflieger
Universidade Federal de Santa Catarina

Maria Eduarda Martins
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

No intuito de contribuir na discussão sobre o papel social da profissão do arquiteto e urbanista e a importância da transdisciplinaridade na busca por soluções para cidades informais surge a disciplina de Assentamentos Urbanos de Baixa Renda na Universidade Federal de Santa Catarina. Através de metodologias que desafiam a apatia da formação profissional universitária, a disciplina proporcionou aos agentes acadêmicos a experiência de diálogo entre a universidade e a sociedade e de atuação em comunidades em vulnerabilidade socioeconômica. Essa experiência representa uma vitória dentro do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC ao proporcionar contato entre diferentes áreas profissionais, fortalecer a busca pela transformação da estrutura acadêmica e dar um importante passo no processo de aproximação da universidade às demandas populares.

Palavras-chave: ATHIS, UFSC, formação, vulnerabilidade socioeconômica, demanda popular.

Introdução

As universidades públicas brasileiras são a força motriz do desenvolvimento científico do país, cabendo à elas a função de direcionar a produção e o pensamento crítico para questões condizentes com diferentes realidades sociais, culturais, econômicas e ambientais. Fica evidente, pois, o potencial transformador do ambiente acadêmico quando são aliadas atividades de ensino, pesquisa e extensão à ações de cunho social.

Tal caráter, intrínseco ao conceito de universidade pública, é, porém, deturpado através de iniciativas orientadas por interesses econômicos e políticos que resultam no afastamento da produção acadêmica das demandas populares.

Essa problemática é notória na formação do arquiteto e urbanista. O afastamento entre universidade e sociedade dificulta a compreensão aprofundada das desigualdades socioeconômicas, sobretudo, no ambiente urbano. Isso significa uma formação presa na conceituação e representação ideológica da cidade, pautada na menor fração da sociedade brasileira (Maricato, 2013). Esse panorama relaciona-se ao alarmante indicativo de que 85,4% da população economicamente ativa já executou o serviço de construção ou reforma de imóvel sem orientação técnica de arquitetos e engenheiros (CAU/BR & Datafolha, 2015). A carência no contato entre profissionais das áreas técnico-construtivas e urbanas com as demandas habitacionais resulta em residências construídas irregularmente, muitas das quais localizadas em áreas de risco. O distanciamento caracteriza a omissão - dos profissionais e do poder público - diante do caráter segregativo da cidade, cujo desenvolvimento urbano foi marcado pela falta de alternativas habitacionais e por planejamentos insuficientes para solucionar as desigualdades colocadas sobre o território.

Diante dessa conjuntura, surge a necessidade de experiências que desafiem a apatia estrutural curricular das universidades e possibilitem inserir na formação do profissional em arquitetura e urbanismo a prática extensionista como uma ferramenta de aproximação das



Figura 1. Autoconstruções em comunidade de Florianópolis/SC. Acervo da disciplina.

demandas sociais. Dessa maneira, torna-se possível desenvolver experiências que desmistificam o papel da profissão e disseminam a importância da atuação dos profissionais diante das complexidades que envolvem as demandas vindas de comunidades e movimentos populares.

A articulação

Estimulada por essa discussão, no início do ano de 2019, é estabelecida no departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), uma disciplina optativa pautada nos preceitos da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), voltada à proposição de melhorias urbanísticas e habitacionais para áreas de assentamentos urbanos de baixa renda. Sua inserção na grade curricular do curso foi facilitada pela existência das disciplinas optativas inativas “Assentamentos Urbanos de Baixa Renda I e II” com ementas alinhadas aos objetivos da experiência. Este ato surge como uma ferramenta crítica diante da ausência de atividades voltadas às situações de vulnerabilidade socioeconômica presentes no

contexto da segregação urbana, e possibilita a união entre reflexão teórica e atuação prática.

Para elaboração de diretrizes de trabalho alinhadas à experiência da Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, foram articulados docentes com formação na temática do direito à cidade e discentes de grupos de ensino, pesquisa e extensão do departamento de Arquitetura e Urbanismo. Popularmente conhecida como Lei de ATHIS, essa regulamentação visa proporcionar o cumprimento do direito à moradia previsto pelo Art. 6º da Constituição Federal Brasileira, de 1988, ao assegurar o direito à assistência técnica pública e gratuita por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharias para projeto e construção de habitação para famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos, e surge como uma importante conquista profissional e, principalmente, social. A lei menciona “a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento”, ideais que permeiam as diretrizes da experiência.

A disciplina

A proposta da disciplina envolve a compreensão da relação da comunidade com o contexto da cidade em que está inserida. Para isso, entende-se a imprescindibilidade do diálogo e da troca entre os sujeitos atuantes, a fim de assumir papéis de seres sociais e transformadores da própria realidade. Segundo Freire (1987), o diálogo é um fenômeno naturalmente humano, constituído pela práxis da ação-reflexão, e aqui destaca-se como um dos grandes desafios da experiência da disciplina. A aproximação com a comunidade compreende o entendimento das reais demandas e tal caráter participativo foi almejado desde o princípio da experiência.

Inicialmente, no primeiro semestre da disciplina, o contato de professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC com líderes comunitários da região de Florianópolis/SC foi um facilitador, visto a relação positiva já estabelecida. A temática escolhida foi pautada perante a problemática levantada pela comunidade dos Lageanos. Esta comunidade, ao ocupar, há mais de 30 anos, uma área de borda do terreno da UFSC, construiu um histórico de luta por direito à terra urbanizada e, atualmente, encontra-se em processo de transferência das terras públicas com o intuito de aplicar a regularização fundiária. De tal forma, a elaboração da problemática se deu através da comunicação entre corpo acadêmico e comunidade, a fim de evitar hierarquias do conhecimento técnico em relação ao popular e possibilitar a contribuição de diferentes saberes. Cabe ressaltar que, na formação de arquitetura e urbanismo, comumente, a problemática identificada parte do olhar técnico, que, neste caso, provavelmente direcionaria para elaboração de melhorias habitacionais de baixo custo. No entanto, o diálogo com a comunidade apresentou o problema latente da precariedade do esgotamento sanitário da região, um desafio para docentes e discentes visto que a temática extrapola os conhecimentos técnicos da profissão. Pautado nessas premissas, o trabalho em ateliê se desenvolveu a partir da divisão em equipes de pesquisa para buscar alternativas sanitárias adequadas à comunidade.

Mesmo com resultados de aproximação favoráveis, entende-se que ficou restrita à



Figura 2. Precariedade sanitária da comunidade Lageanos, Florianópolis/SC. Acervo da disciplina.

elaboração da problemática. Há muito a ser explorado através de métodos participativos durante o desenvolvimento do projeto a fim de possibilitar trocas mais concretas. É necessário, para promover transformações, a criação coletiva, onde o diálogo é conquistado e o ato da palavra é direito de todos (Freire, 1987). A elaboração de metodologias participativas se coloca como um desafio, especialmente em comunidades de vulnerabilidade socioeconômica, onde as relações, costumes e contextos são variáveis que exigem do profissional uma leitura sensível, socialmente ativa e constante. Não há uma resposta determinada visto o caminho repleto de possibilidades a serem explorados com o objetivo de fortalecer a relação dos profissionais às demandas sociais em um país marcado historicamente pelas desigualdades.

A articulação entre práxis acadêmica e sociedade refletiu, também, na dinâmica dentro de sala de aula. O processo desenvolveu-se baseado no estímulo pela busca e descoberta através de uma construção coletiva de um objeto novo, com mais questionamentos do que respostas. Freire (1996) afirma a necessidade de conceber uma curiosidade epistemológica no processo do ensino que incentive o pensar sobre o fazer e coloque os discentes como atores

ativos do processo de formação em comunhão com o docente. Dessa maneira, o papel socializante da formação é garantido e os sujeitos envolvidos se assumem como seres críticos e criadores. Tal prática acadêmica que envolve o movimento dinâmico entre docente e discente apresentou-se bastante positiva ao considerar a autonomia de ambos na elaboração de propostas, assim como a realização de minuciosos levantamentos de campo. Os professores foram ativos nesse processo de pesquisa ao fomentar os debates e convidar profissionais para auxílio nas discussões levantadas pelos grupos.



Figura 3. Trabalho de levantamento na comunidade Lageanos, Florianópolis/SC. Acervo da disciplina.

Ficou evidente, durante a busca por soluções sanitárias para áreas acidentadas, a ausência ou insuficiência de estudos técnicos disponíveis sobre regiões informais. O reduzido número de trabalhos que tratam do tema intensifica o afastamento por parte do desenvolvimento técnico-científico das universidades brasileiras das demandas de áreas em vulnerabilidade socioeconômica. É perceptível a negligência das ciências exatas perante as problemáticas da cidade informal, com destaque para os sistemas urbanos - coleta de lixo, abastecimento de água, energia e esgoto - e construção civil. Visto a profusão desse cenário desafiador, surgiu a necessidade de articular as atividades da disciplina com outras áreas profissionais através da transdisciplinaridade na busca pela solução mais adequada nas regiões trabalhadas.

A partir da reflexão sobre as abordagens utilizadas, elaborou-se propostas de modificações na dinâmica da disciplina. Dessa maneira, o segundo semestre consistiu num esforço de atingir mais pessoas dentro e fora da

universidade ao possibilitar a atuação junto à outras comunidades. Diferente da primeira experiência, proposta por professores, uma nova demanda foi pautada por uma aluna que viu na disciplina uma oportunidade de transformação da realidade de sua comunidade, o que demonstra um senso de apropriação da disciplina por parte dos alunos. A atuação na comunidade do Morro do Mocotó, localizada próxima ao centro de Florianópolis, ainda é incipiente e pretende elaborar um projeto participativo acompanhado de ações ecológicas para um centro comunitário e espaços de lazer coletivos. Ainda que o primeiro semestre tenha sido positivo, mostrou-se necessário potencializar as diretrizes iniciais: método participativo, horizontalidade e transdisciplinaridade.

O trabalho junto à comunidade dos Lageanos, previsto para o tempo de um ano, testemunhou, no primeiro semestre, a temática do esgotamento sanitário extrapolar o campo da arquitetura e urbanismo e constatar a necessidade do contato com profissionais de diferentes áreas na busca por soluções técnicas. Esta reflexão evidenciou a importância da junção de diferentes conhecimentos para potencializar proposições coerentes com aspectos técnicos, ambientais e socioeconômicos. Desta maneira, incentivou-se



Figura 4. Trabalho de campo na comunidade Lageanos, Florianópolis/SC. Acervo da disciplina.

a participação de alunos de graduação e pós-graduação, professores e técnicos de diferentes áreas profissionais no seguimento da disciplina.

Assim, a transdisciplinaridade coloca-se como elemento de grande força nessa experiência. A presença de docentes e discentes das áreas de arquitetura, urbanismo, engenharias e ciências biológicas foram indispensáveis para a elaboração do projeto. Esse câmbio intelectual possibilitou desenvolver duas alternativas para a problemática da comunidade dos Lageanos, as quais foram apresentadas às lideranças comunitárias, de onde foi extraída a ideia de realização de um plano piloto. Através de entrevistas e levantamentos das residências participantes deste plano, obteve-se como resultado um projeto de drenagem, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com dimensionamento técnico, orçamento preliminar e cronograma geral de aplicabilidade.

Além dos desafios técnicos, o projeto da disciplina propõe lidar com os obstáculos da implementação de uma estrutura contrária às práticas consolidadas no meio acadêmico. A estrutura curricular, nos moldes em que se encontra, não está apta a trabalhar com os preceitos da transdisciplinaridade. Faz-se necessária a fragmentação do discurso que prioriza a autonomia das áreas de conhecimento, a hiperespecialização e se mostra incapaz de aproximar-se das complexidades da realidade contemporânea.

Dessa maneira, a transdisciplinaridade é essencial para que a arquitetura seja entendida em sua totalidade e seja importante e representativa na vida do cidadão (Campomori, 2004).

As dificuldades enfrentadas ao longo do processo evidenciaram o expressivo afastamento entre universidade e sociedade. A carência de disponibilidade de materiais técnicos sobre áreas informais salientou a responsabilidade da estrutura acadêmica perante essa realidade. A disciplina se coloca como ferramenta crítica à metodologia que dispõe o profissional como apto a propor, individualmente, soluções mais adequadas. Lógica a qual intensifica a barreira entre o profissional técnico e a sociedade e, portanto, entre academia e sociedade. A reflexão até o momento com a experiência da disciplina desdobra a possibilidade de mudanças na dinâmica dentro - e fora - de sala de aula, de forma a introduzir demandas reais e a reflexão de temas estruturantes no entendimento das complexidades da sociedade brasileira.

Considerações finais

A realização da experiência proporcionada pela disciplina Assentamentos Urbanos de Baixa Renda no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC em 2019 surge como uma vitória no cenário político e acadêmico em que se insere. A ampliação do debate acerca da responsabilidade social dos profissionais, especialmente vindos de universidades de



Figura 5. Apresentação das propostas às lideranças da comunidade Lageanos, Florianópolis/SC. Acervo da disciplina.

caráter público, é de extrema importância na consolidação de uma categoria de futuros agentes atuantes no mercado de trabalho conscientes de suas responsabilidades e seu potencial transformador dentro da sociedade.

Assim, a compreensão da necessidade de aproximação das demandas das camadas de maior vulnerabilidade como uma ferramenta na busca pela redução das disparidades socioeconômicas tão marcantes em Florianópolis, tal como no Brasil, abre portas para um outro caráter na formação de arquitetos e urbanistas. E, para além da área da arquitetura, possibilita a troca de saberes e construção coletiva ao envolver diferentes áreas do conhecimento presentes nas universidades.

Os resultados observados durante o período de um ano da disciplina foram expressivos e reforçam as convicções iniciais que foram cerne no surgimento da disciplina. A experiência envolveu, dentre erros e acertos, a oportunidade de aproximação entre os agentes acadêmicos e destes com a comunidade. De forma aberta à novas propostas e impulsionados por experimentar metodologias contrárias à estrutura acadêmica e à política vigente, os envolvidos puderam contribuir, em diferentes escalas, na busca por uma profunda mudança curricular que reflita na realidade nacional da formação do arquiteto e urbanista.

Há muito a ser explorado, aprendido e aplicado nesse trajeto constante pela melhoria do ensino superior de forma que esteja cada vez mais próximo das realidades que o circunda. Para isso, é essencial que as comunidades tenham mais voz e que a dinâmica entre universidade e sociedade seja horizontal e participativa. Muitos desafios e barreiras precisam ser enfrentados, mas a compreensão da importância dessa reestruturação acadêmica, social e política deve ser interpretada como uma motivação à replicação de mais ações pautadas nesses preceitos. Dessa forma, faz-se surgir um processo de transformação estrutural acadêmico fomentado pela constante troca de conhecimentos na busca pela atuação profissional digna e consciente de suas responsabilidades.

Referências

- Campomori, Maurício José Laguardia. 2004. “A transdisciplinaridade e o ensino de projeto de arquitetura”. *Arquitextos*, maio de 2004. <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.048/588>
- CAU/BR & Datafolha. 2015. “Como o Brasil constrói”. <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>
- Brasil. 1988. *Constituição da república federativa do Brasil*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. 2008. *Lei nº 11.888 de 24 de dezembro de 2008*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111888.htm
- Freire, Paulo. 1987. *Pedagogia do Oprimido*. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, Paulo. 1996. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 29ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Maricato, Ermínia. 2002. “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil”. In: *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*, by Arantes, Otilia Beatriz Fiori; Vainer, Carlos and Maricato, Ermínia, 121-192. Petrópolis: Editora Vozes.